

DOM JOÃO VI: ARQUITETO DA EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA¹

Cláudia Alves Fernandes

Ricardo de Oliveira Fernandes Junior

Alunos do Curso de Filosofia da UFJF
rive2001@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma visão da construção da Independência do Brasil procurando creditar o mérito ao seu real arquiteto. Alguns autores atribuem a emancipação brasileira ao advento da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, bem como os atos promulgados aqui por Dom João VI. Acreditamos que a partir daí, uma nova era começou na história do Brasil. Por ter o Rio de Janeiro virado sede do império, Dom João foi abrigado a implantar importantes medidas que vieram a contribuir para que nos tornássemos um país independente em 1822. Para isso, essa pesquisa procurou investigar o período compreendido entre os anos de 1808 e 1822 com vistas a entender as implicações da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil. Nesse processo buscamos identificar, examinar e analisar material bibliográfico significativo que pudesse nos inserir no âmbito do conhecimento histórico desejado.

1 – INTRODUÇÃO

O escopo deste artigo é apresentar uma visão peculiar da construção da Independência do Brasil procurando fazer jus ao seu real arquiteto. Segundo Maestri (1997) e Vinhosa (1999) a emancipação brasileira começou a ser construída com o advento da vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e com as, posteriores, medidas implantadas aqui por Dom João VI. Desta forma, julgamos que o mérito de arquiteto da Independência do Brasil deveria ser dado a Dom João VI, mesmo sendo ele não consciente de tal ato.

¹ Trabalho apresentado no XXII Simpósio de História do Vale do Paraíba, realizado na Associação Educacional Dom Bosco – Resende, RJ, de 15 a 17 de agosto de 2008, sobre o tema: “Fé e Poder no Vale do Paraíba”.

A decisão da família real portuguesa de deixar Lisboa e rumar para o Brasil, 200 anos atrás, salvou a dinastia de Dom João e preparou o Brasil para a sua independência.

Depois de deixar Lisboa, Dom João atracou em Salvador no dia 22 de janeiro de 1808. Na antiga capital da colônia, o príncipe regente permaneceu um mês, tempo suficiente para abrir os portos ao comércio exterior. Era o fim do pacto colonial.

No dia 7 de março de 1808, a família real finalmente chegou ao Rio de Janeiro, a nova capital do império, mas só desembarcou no dia seguinte. Sem um grande palácio para recebê-los, os casarões foram adaptados às necessidades da corte. De acordo com Cavalcanti (2003): “*Os prédios eram muito inferiores aos de Portugal. Não dava para chamar aquilo de palácio*”.

Assim que se instalou no Brasil, Dom João tentou preservar a rotina que mantinha em Portugal, onde seu dia era dividido em despachos com ministros, recepção de súditos e aparições públicas.

“*A prioridade de Portugal sempre foi manter a unidade do império*”, diz Cavalcanti (2004). Mas para que o Rio fosse a capital do reino, Dom João precisou abrir concessões que resultaram na independência do Brasil.

Ele permitiu a instalação da imprensa, fundou a marinha, a academia e o hospital militar.

Foi também em seu tempo que foram criadas várias escolas de ensino superior, dentre elas a Escola Médica-Cirúrgica da Bahia, além da Biblioteca Real, do Jardim Botânico, da academia de Belas Artes e do Banco do Brasil.

Um de seus principais atos foi a abertura dos portos em 1808, além da concessão de autonomia administrativa ao Brasil em dezembro de 1815. Pois, naquela época, pelo fato do Brasil ainda ser uma colônia de Portugal, tudo o que produzíamos era enviado à metrópole. Não podíamos fazer comércio com outros países, nem ter nossas próprias moedas, jornais e livros.

Em 1816, a rainha morre e o príncipe regente é coroado rei dois anos depois. Foi quando os portugueses começaram a exigir o retorno do agora Rei Dom João VI para Lisboa. No Brasil, por outro lado, começavam as manifestações contra o monarca.

“*O rei não ficou porque não gostava do Brasil, como afirmam alguns, mas porque poderia perder o trono se não voltasse para Portugal*”, afirma Cavalcanti (2004). E Dom João estava certo.

Quando a Revolução do Porto eclodiu em Portugal, em 1820, os revolucionários fizeram questão do retorno da corte a Portugal.

O imperador deixou o Brasil em 1821 e no ano seguinte, seu filho Dom Pedro proclamou a independência do território que ele, Dom João, governou por 13 anos.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ANTECEDENTES DA VINDA DA FAMÍLIA REAL

A família real portuguesa não foi a primeira nem a única dinastia a fugir com sua corte em virtude dos avanços de Napoleão Bonaparte. Num primeiro momento, a atitude de Dom João, embarcando numa esquadra de forma apressada e desorganizada, dava a impressão de fuga, de pânico ou de qualquer outra catástrofe. Entretanto, não é lícito concluir que se tratava de um ato impensado, pois há algum tempo o embarque da família real fora esboçado e avaliado em todas as suas conseqüências por estadistas e soberanos, quando determinadas circunstâncias políticas vinham ameaçando a soberania portuguesa.

Segundo Norton (1979) a transferência foi uma atitude pensada e declara: “(...) *abandonar a Europa para fundar no Brasil um grande império, fora, em Portugal, desde o século XVI, um plano esboçado, estudado maduramente por soberanos e estadistas, quando circunstâncias políticas tornaram periclitante a soberania continental portuguesa, ou esta foi ameaçada por estranhas tentativas de absorção fulminante*”.

Assim, Dom João, aconselhado por seus ministros, começou a admitir a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, buscando um lugar mais seguro e distante das cobiças de espanhóis e franceses. Logo, diante das exigências do governo francês, em outubro de 1807, o príncipe regente define, pela *Convenção Secreta*, ratificada por Jorge III da Grã-Bretanha, a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil.

A França exigia que Dom João declarasse guerra à Inglaterra, porém o mesmo garantiu ao governo inglês, por intermédio de seu Ministro em Londres, que não acataria as exigências francesas, mas exigia que sua partida não fosse precipitada. O príncipe buscou manter certa neutralidade e habilmente tentava ganhar tempo, tomando medidas diplomáticas até mesmo ambíguas. Contudo, o governo francês não renunciava suas exigências e a Inglaterra não se dava por vencida e ao mesmo tempo em que

aconselhava, também insistia pela adoção do plano de transferência da Corte portuguesa, de acordo com seus interesses políticos na Europa e na futura expansão de seu comércio com a América.

Resistir ao exército francês seria impossível. Portugal não tinha condições de enfrentar as forças coligadas da França e Espanha, a não ser que tivesse o apoio dos ingleses. Contudo, diante das últimas vitórias do exército de Napoleão, nem a Inglaterra se habilitaria a medir forças com os franceses no continente.

Em 26 de novembro de 1807, no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, foi dado um decreto, determinando que o príncipe regente “*tendo resolvido, em benefício de meus vassalos, passar com a Rainha minha Senhora e Mãe e com toda a Real Família para os Estados da América e estabelecer-me na cidade do Rio de Janeiro até a Paz geral...*”. Este decreto também nomeava uma Regência para governar Portugal enquanto Dom João estivesse no Brasil, acompanhado de instruções sobre o juramento que deveriam prestar aqueles que foram nomeados para a regência.

Desta forma toda a família real portuguesa, bem como o governo (ministros, arquivos, funcionários), a nobreza reacionária e uma pequena multidão de cerca de 15 mil pessoas, espremida em 16 navios (os números são contraditórios) deixaram Lisboa em 29 de novembro de 1807.

Dom João, o príncipe regente, teve ajuda da frota inglesa na organização da travessia atlântica, sua viagem foi longa e a duração variou para os diferentes navios, mas o seu só chegou ao Rio a 7 de março de 1808, mais de três meses depois de ter deixado a barra do Tejo. Sua estada ‘brasileira’ foi de 13 anos ininterruptos de exílio americano.

2.2. CHEGADA DA FAMÍLIA REAL AO BRASIL

Depois de uma curta escala na Bahia, devido às condições de navegação, em 7 março de 1808 entrava na baía de Guanabara uma parte das embarcações portuguesas, conduzindo o primeiro monarca que pisaria no Novo Mundo.

Na cidade do Rio de Janeiro encontrava-se o principal porto do Brasil, com uma intensa atividade comercial, articulando a metrópole, o litoral nordestino, o sul, e até mesmo a região do Prata. Entretanto, no início do século XIX a cidade possuía características tipicamente coloniais, delineada por ruas estreitas e tortuosas, com casas desprovidas de comodidade e serviços públicos precários. A população era constituída majoritariamente por escravos negros e não alcançava a marca de sessenta mil habitantes.

Conforme Priore (2000), na primeira metade do século XIX a paisagem urbana do Rio de Janeiro era então bem modesta. Até a inauguração do Real Teatro de São João, as atividades culturais cariocas não eram suficientes para quebrar a monotonia cotidiana. Nessas condições, a súbita chegada da comitiva real teria provocado um grande transtorno e rebuliço na cidade.

Assim, grande alvoroço foi feito pelos colonos, cuja alegria contrastava com as fisionomias cansadas dos recém-chegados. Casas e ruas foram enfeitadas, na cidade do Rio de Janeiro, festejos e comemorações aconteciam por todos os lados. Para os habitantes comuns, excitava: a novidade, o pitoresco, a sensação de estarem mais próximos da nobreza. Para os homens públicos e de negócios, era a possibilidade, agora latente, de que o Brasil se inserisse no concerto das grandes nações, mesmo que ainda na condição de colônia.

Contudo, o processo de adaptação não seria de todo fácil e amigável. A cidade, que contava então com cerca de 60 mil habitantes, enfrentava problemas de inúmeras ordens, onde segurança e saneamento estavam entre os principais. Relatos que contrastam a natureza bela e exuberante à sujeira, mau cheiro e presença de 'vadios e desocupados' pelo centro da cidade não são escassos. Abrigando agora um número considerável de novos habitantes, a cidade viu seus problemas se agravarem.

Ao saber da chegada da Corte, o vice-rei do Brasil apressou-se em adaptar o edifício do Paço para abrigar a Corte e servir de sede do governo. Devido à falta de espaço, foram ainda requisitados mais dois prédios, o da Câmara e Cadeia e o do Convento do Carmo. Pessoas que ocupavam estes prédios foram deslocadas para outros locais, como por exemplo, os frades carmelitas, que se viram despejados da casa que haviam construído e habitavam durante séculos. Dom João preferiu como residência a Quinta da Boa Vista, que lhe foi oferecida pelo negociante Elias Antônio Lopes que, em troca, recebeu inúmeros benefícios do governo.

Dentre os nobres, alguns preferiram estabelecer-se nas cercanias da cidade, ocupando chácaras cedidas por brasileiros ricos ou construindo novas residências. Com isso, vencida a primeira fase de adaptação, o projeto de modernização tomaria seu curso. A nova sede, mesmo que temporária, do Reino Português deveria ostentar características análogas às européias, superando a típica precariedade do mundo colonial.

Segundo Holanda (1995), *“a sociedade refinava-se, de outro lado, não apenas pelas novidades que lhe traziam os estrangeiros, mas igualmente pelos salões que se vinham abrindo, para as reuniões elegantes, promovidas pela nobreza chegada com a Corte. As residências, em consequência, já*

apresentavam um bom tom, que diferia profundamente das pobres moradias do período anterior”.

Houve também uma grande preocupação em adotar hábitos e políticas públicas que assemelhassem o Rio a Lisboa. Multiplicaram-se obras em quase todas as ruas, novas habitações foram construídas com a fisionomia de residências européias. O comércio de mercadorias de luxo foi propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais, preocupados em imitar as modas da Corte, emprestando a cidade ares de uma capital européia.

Foi criada em 1808 a Intendência Geral da Polícia, nos moldes da existente em Lisboa, cuja função era de policiar a cidade, no sentido de aproximá-la da ‘civilização’, e também cuidar da urbanização, controlar espetáculos e festejos públicos e solução de conflitos conjugais, familiares e de vizinhança. Apesar de possuir jurisdição em todas as capitânicas, suas atividades acabaram se concentrando na capital. A grande preocupação deste órgão era a divulgação de idéias revolucionárias e, neste ponto, sua atuação abrangia outras regiões.

Portanto, quando a família real portuguesa veio para o Rio de Janeiro, uma nova era começou na história do Brasil. Por ter virado sede de um império, tornou-se um lugar mais importante. Instalado aqui, Dom João criou o primeiro banco, o primeiro jardim botânico, o primeiro jornal, melhorou as condições de vida no Rio, além de permitir que outros países fizessem comércio conosco. Com isso, as condições para que nos tornássemos um país independente, em 1822, foram surgindo lentamente.

2.3. ATOS DE DOM JOÃO VI NO BRASIL

Antes mesmo do desembarque no Rio de Janeiro, em prévia parada na cidade de Salvador no dia 28 de janeiro, Dom João havia promulgado uma Carta Régia, contendo o ‘Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas’. Na prática, os portos ficavam abertos aos navios ingleses, grandes mercadores da época. O fim do monopólio colonial propiciou uma intensa diversificação na dinâmica da vida colonial, resultante da entrada de novas coisas e pessoas.

Assim sendo, estava decretada a Abertura dos Portos da colônia às nações amigas de Portugal. Esta medida revelava-se, então, uma decisão inevitável, uma vez que os portos portugueses estavam tomados pelos franceses, pois havia a necessidade de assegurar outras vias de escoamento de produtos da colônia, já que estes constituíam a principal fonte de recursos para as finanças da Coroa. A grande beneficiária desta medida foi a Inglaterra, único país em condições de enviar navios para a América do Sul e que já havia negociado com Portugal uma privilegiada posição no comércio com o Brasil, nos acordos para transferência da Família Real.

Conseqüentemente, esta medida implicou na quebra do monopólio comercial de Portugal no Brasil, o que representou um duro golpe, pois os comerciantes portugueses passaram a concorrer, em condições muito desvantajosas, com comerciantes de outros países, particularmente com os ingleses, após a assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra.

Da mesma forma, o alvará de 1^ª. de abril de 1808 abolia toda e qualquer proibição de instalação das manufaturas no Brasil, favorecendo o início das atividades de fabricação de tecidos, as indústrias extrativas de minerais, a atividade dos ouvíres, a extração de diamantes e a siderurgia, representando o último golpe no sistema de exclusividade com a metrópole.

Ainda mais, de acordo com Vinhosa (1999), a bordo da frota que trouxe a Família Real estavam presentes os elementos essenciais de um Estado: o alto escalão das hierarquias civil, militar e religiosa, membros da alta sociedade, homens de negócio do governo. Também vieram elementos do segundo escalão, de grande destaque na administração de um Estado soberano e de importante influência.

Imediatamente após a chegada ao Rio de Janeiro, Dom João dava início à implantação de um sistema administrativo na América. Foram instalados importantes órgãos administrativos do Estado português: os ministérios do Reino, da Guerra e Estrangeiros e o da Marinha e Ultramar; os Conselhos do Estado e o da Fazenda, o Supremo Militar, as Mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Além, da Casa de Suplicação, tendo funções de tribunal Superior, e a já citada Intendência Geral da Polícia.

Dom João providenciou a abertura de várias escolas de ensino superior, dentre elas a Escola Médica-Cirúrgica da Bahia e a Academia Real do Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura; fundou também as primeiras escolas primárias de ensino de artes e ofício, o Banco do Brasil (1808), a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e, ainda, promoveu a fundação da Imprensa Régia no Brasil e a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, responsável por trazer para a América as práticas culturais da Europa.

Entendemos assim, que os primeiros quatro anos da Corte no Brasil representaram uma das mais férteis obras administrativas possíveis.

2.4. O REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES

A ocupação de Portugal pelos franceses, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e os tratados comerciais de 1810 haviam criado uma ruptura no Império Português. De um lado, a antiga

metrópole, que ficara sem a figura do seu soberano e perdera suas antigas funções e, de outro, a antiga colônia, que agora exercia as funções de metrópole, situação que foi consolidada pela elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815. Conservar a unidade do Império nessas condições se mostrou uma tarefa praticamente impossível, pois exigia a atenção aos interesses tanto brasileiros quanto portugueses.

Com o exílio de Napoleão em Elba, uma nova conjuntura diplomática internacional foi se definindo, na qual Portugal tentou tirar algum proveito, buscando uma reaproximação com a França, a fim de evitar uma dependência exclusiva com a Inglaterra. Esta reagiu à nova orientação portuguesa, procurando persuadir Dom João VI a voltar para a Europa, onde a Corte estaria mais vulnerável aos interesses econômicos locais.

Entretanto, no círculo da Corte do Rio de Janeiro, predominou a opinião de que Dom João VI deveria permanecer no Brasil com um grande poder no Novo Mundo do que se sujeitar a uma condição inferior na Europa. A permanência da corte no Brasil significou certa predileção pela parte americana do império.

No Congresso de Viena, Portugal não conseguiu resistir às pressões da Inglaterra, que não aceitou a revisão dos tratados de 1810 e ainda exigiu que Portugal proibisse o comércio de escravos no norte do Equador, enquanto no sul seria conservado por um período de oito anos, o que evidencia a fragilidade de Portugal no novo jogo diplomático europeu, incapaz de encontrar outro apoio que não fosse o da Inglaterra.

Neste período ocorre o reaparecimento dos interesses continentais portugueses em oposição aos interesses americanos, o que provocou conflitos entre portugueses e brasileiros no interior do Império, já que a Corte se mostrava infiltrada nos interesses americanos.

Algumas famílias do Rio consolidaram sua posição no Brasil, com uma série de favores que obtiveram do soberano, passando a dispor de grande influência. Contudo, comerciantes da Bahia, Maranhão e Pará permaneceram muito dependentes das casas comerciais portuguesas, o que gerou hostilidades entre portugueses e brasileiros.

Este quadro acabou por provocar dois episódios em 1817, um em cada lado do Atlântico e que foram duramente reprimidos pelo governo. Em 6 de março eclodia a Revolução Pernambucana no Brasil e em maio denunciava-se em Lisboa uma conspiração de cunho liberal.

As medidas tomadas pela Corte para tentar apaziguar os ânimos dos portugueses do continente não foram suficientes. Em 1820 uma nova revolução eclodia, desta vez no Porto, no dia 24 de agosto, na qual os revoltosos pregavam o fim do Antigo Regime e a convocação das Cortes para a elaboração de uma constituição. Diante da ameaça ao seu trono, Dom João VI foi obrigado a retornar para Portugal, mas deixou na América o seu filho Pedro de Alcântara como regente. Encaminhava-se assim o processo de independência do Brasil.

2.5. INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Com a volta de Dom João VI para Portugal e as exigências para que também o príncipe regente voltasse, a aristocracia rural brasileira passa a viver sob um difícil dilema: conter a recolonização e ao mesmo tempo evitar que a ruptura com Portugal assumisse o caráter revolucionário-republicano que marcava a independência da América Espanhola, o que evidentemente ameaçaria seus privilégios.

A maçonaria (reaberta no Rio de Janeiro com a loja maçônica Comércio e Artes) e a imprensa uniram suas forças contra a postura recolonizadora das Cortes.

Dom Pedro é sondado para ficar no Brasil, pois sua partida poderia representar o esfacelamento do país. Era preciso ganhar o apoio de Dom Pedro, em torno do qual se concretizariam os interesses da aristocracia rural brasileira. Um abaixo assinado de oito mil assinaturas foi levado por José Clemente Pereira (presidente do Senado) a Dom Pedro em 9 de janeiro de 1822, solicitando sua permanência no Brasil. Cedendo às pressões, Dom Pedro decidiu-se: *“Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico”*.

É claro que Dom Pedro decidiu ficar bem menos pelo povo e bem mais pela aristocracia, que o apoiaria como imperador em troca da futura independência não alterar a realidade sócio-econômica colonial. Contudo, o ‘Dia do Fico’ era mais um passo para o rompimento definitivo com Portugal.

Graças a homens como José Bonifácio de Andrada e Silva (patriarca da independência), Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e outros, o movimento de independência adquiriu um ritmo surpreendente com o ‘cumpra-se’, onde as leis portuguesas seriam obedecidas somente com o aval de Dom Pedro, que acabou aceitando o título de Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822), oferecido pela maçonaria e pelo Senado. Em 3 de junho foi convocada uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa e em primeiro de agosto considerou-se inimigas as tropas portuguesas que tentassem desembarcar no Brasil.

Em Portugal, a reação tornava-se radical, com ameaça de envio de tropas, caso o príncipe não retornasse imediatamente. José Bonifácio, transmitiu a decisão portuguesa ao príncipe, por carta sua e de Dona Maria Leopoldina, que ficara no Rio de Janeiro como regente, em face da viagem que Dom Pedro para São Paulo.

No dia sete de setembro de 1822 Dom Pedro que se encontrava às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, após a leitura das cartas que chegaram em suas mãos, bradou: “*É tempo... Independência ou morte... Estamos separados de Portugal*”. Chegando no Rio de Janeiro (14 de setembro de 1822), Dom Pedro foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil. Era o início do Império do Brasil, embora a coroação apenas se realizasse em primeiro de dezembro de 1822.

3 – CONCLUSÕES

Sem dúvida, podemos afirmar que a abertura dos portos às nações amigas foi um sinal do caráter desenvolvimentista e estratégico, da visão de estadista de Dom João VI. A partir deste ato iniciamos a formação de uma Nação do ponto de vista econômico, administrativo e político.

Outro ato que devemos destacar foi a fundação da Fameb (Faculdade de Medicina da Bahia) simbolizando o início da independência cultural do Brasil. Antes disso, Portugal não permitia a criação de nenhuma faculdade em suas colônias, enquanto que nas possessões espanholas, existiam universidades desde o século 16.

Mais de 300 anos após o descobrimento, a instalação da Imprensa Régia só foi autorizada quando a corte portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro, inaugurada em 13 de maio de 1808. E o primeiro jornal impresso no Brasil, a ‘Gazeta do Rio de Janeiro do Brasil’, foi lançado em 10 de setembro de 1808.

Consideramos, sem dúvida alguma, também, que a vinda, provisoriamente, do governo português para o Brasil foi um dos fatores principais da unidade nacional.

Ao voltar a Portugal, por imposições políticas, Dom João VI deixou no Brasil seu filho Pedro, príncipe herdeiro que viria a proclamar nossa independência, tornando-se nosso primeiro Imperador.

A administração comandada por Dom João VI havia criado em nosso país estruturas políticas, administrativas e militares alicerçadas em boas condições econômicas, tendo como consequência a origem de uma nação capaz de se emancipar, seguindo seus destinos sem a tutela portuguesa.

Quando se alinham todas estas realizações, ocorridas em pouco mais de uma década, é forçoso admitir que a imagem de Dom João VI, freqüentemente divulgada, deve estar distorcida, pois somente uma pessoa de visão, cercada por assessores competentes, poderia ter transfigurado a antiga colônia deixando nosso país habilitado para, através da independência, decidir seu próprio rumo.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, CIRO F. S. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CAVALCANTI, NIREU. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *Crônicas Históricas do Rio Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOLHA ON-LINE – Jornal Folha de São Paulo. *200 anos da vinda da família real portuguesa*. Disponível em: < <http://www.folha.com.br> > Acesso em 15 de junho de 2008.

HOLANDA, SÉRGIO B. de. *Raízes do Brasil*. 26. eDom São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAESTRI, MÁRIO. *Uma História do Brasil: Império*. São Paulo: Contexto, 1997.

NORTON, LUÍS. *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

PRIORE, MARY Del. *Revisão do Paraíso: os Brasileiros e o Estado em 500 Anos de História*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

VINHOSA, FRANCISCO L. T. *Administração Joanina no Brasil (1808-1821): O processo de criação de um Estado independente*. In: Seminário Internacional Dom João VI: um rei aclamado na América. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1999.